

**EDITAL**

<b>Pregão Eletrônico nº 107/2026</b>	<b>Data de Abertura:</b> 16/07/2026 às 09:00h <b>www.gov.br/compras/pt-br</b>	
<b>Nº do PE no compras.gov.br:</b> 901072026	<b>UASG:</b> 925302	<b>Nº do Proc.:</b> 31.201.000578.2026
<b>Objeto:</b> AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CHASSI CAMINHÃO CAVALO MECÂNICO, TIPO CHASSI CAMINHÃO EQUIPADO COM TANQUE PARA TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL, SEMI REBOQUE TIPO CARREGA TUDO E TIPO CHASSI CAMINHÃO COM CARROCERIA		
<b>Órgão Requisitante:</b> DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER		
<b>Valor Total Estimado:</b> R\$ 2.449.886,20 (dois milhões quatrocentos e quarenta e nove mil oitocentos e oitenta e seis reais e vinte centavos)		
<b>PREGÃO ELETRÔNICO - COMPRAS (FORNECIMENTO NÃO CONTÍNUO)</b>		
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria?</b>	<b>Amostra?</b>
NÃO	NÃO	NÃO
<b>Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Cota Reservada ME/EPP?</b>	<b>Critério de Julgamento das Propostas?</b>
NÃO	NÃO	MENOR PREÇO
<b>Modo de Disputa:</b> ABERTO-FECHADO		<b>Critério de Aceitabilidade de Preços:</b> UNITÁRIO DO ITEM
<b><u>DESTAQUES</u></b>		
<p>ATENÇÃO! A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.</p> <p>A simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso (marcação de opção no sistema), pode configurar fraude à licitação e ensejar a aplicação das penalidades da lei. Não é necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada.</p> <p>No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da(o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>		



**EDITAL**

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, por intermédio da Central de Compras, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados na capa deste instrumento convocatório, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação encontra-se descrito na capa do Edital e deverá ser fornecido conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, atendendo a tudo que estiver disposto no Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no Anexo I do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.5.1. Nos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:



- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, especialmente os sócios da licitante, nos termos do art. 1º, inc. III, da Lei Estadual nº 8.124/2006 (alt. pela Lei nº 10.272/2014);
- 2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



- 2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não é de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 4.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

transição previsto no art. 9º A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de



2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

- 4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor UNITÁRIO do item, com apenas 02 (duas) casas decimais;



- 5.1.1.1. Caso o licitante informe preços com número de casas decimais superior a 02 (dois) dígitos, a(o) Pregoeira(o) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item 5.1.1, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo, tanto para preços unitários quanto para preços totais;
- 5.1.2. Marca / Fabricante
- 5.1.3. Modelo / Versão
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Anexo I do Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Anexo I do Termo de Referência;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e/ou Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.13. Após a fase de lances, quando solicitado pela(o) Pregoeira(o), o licitante mais bem classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado.
- 5.14. As especificações dos itens do Anexo I do Termo de Referência, anexo deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Em caso de divergência nas especificações dos itens, prevalecerão as do Anexo I do Termo de Referência.





## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na capa deste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
  - 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
  - 6.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
  - 6.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
  - 6.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
  - 6.10.5. Poderá a(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.





- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) Pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



- 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;
- 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
  - 6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;
  - 6.18.2.2. empresas brasileiras;
  - 6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.18.3. Permanecendo o empate após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos em lei, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado por meio da funcionalidade do sistema Compras.gov.br.
- 6.18.4. Na impossibilidade de realização do sorteio pelo sistema do compras.gov.br, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, a(o) Pregoeira(o) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 7.1.1. SICAF;
  - 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
  - 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/cnep>);
  - 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
  - 7.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://certidoes.apps.tcu.gov.br/emitir-certidao-inidoneos>);
  - 7.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB (<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf>);



- 7.1.6.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 7.1.2.; 7.1.3.; 7.1.4. e 7.1.5. acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.3. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a(o) Pregoeira(o) verificará se faz jus ao benefício aplicado.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

## **8. DA PROPOSTA ADEQUADA**

- 8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 8.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.5. A(o) Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.5.1. A "Convocação do anexo" poderá ser aberta para apenas 1 (um) dos itens contemplados pela licitante, porém caso a licitante seja vencedora de mais de 1 (um) item, esta poderá formular proposta única discriminando todos os itens arrematados e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.
- 8.6. É facultado a(o) Pregoeira(o) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



8.7. Além das informações exigidas no item 5 e subitens, a proposta de preços final do licitante mais bem classificado deverá atender aos seguintes requisitos:

8.7.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

8.7.2. conter as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;

8.7.2.1. apresentar detalhamento das especificações dos veículos a serem fornecidos, inclusive indicando marca, modelo, fabricante, procedência, prazo de entrega, prazo de garantia, e demais exigências do Termo de Referência;

8.7.3. conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, e cargo na empresa;

8.7.4. conter indicação do banco, número da agência e conta do licitante, para fins de pagamento.

8.7.5. conter declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

8.7.5.1. Se a Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), for OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, declarar a opção e apresentar a comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido;

8.7.6. Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.7.7. conter a informação da alíquota de ISS e/ou ICMS, de acordo com a norma tributária vigente no local da licitação, aplicável ao objeto do certame. No caso de não incidência de ISS e/ou ICMS o licitante deverá informar na proposta, o dispositivo legal ou comprovação que vislumbrar pertinente, que subsidie a sua alegação de não incidência do respectivo imposto;

8.7.8. No caso da incidência de ICMS:

8.7.8.1. Para empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota.

8.7.8.2. Tratando-se de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;

8.7.8.3. Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;

8.8. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá atentar-se às condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

8.9. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

## **9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**



- 9.1. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 9.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 9.2.1. contiver vícios insanáveis;
  - 9.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 9.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 9.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 9.2.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
  - 9.2.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 9.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência da(o) Pregoeira(o), que comprove:
- 9.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 9.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 9.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 9.6.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 9.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 10.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.
- 10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.
- 10.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 10.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 10.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 10.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.
- 10.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 10.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 10.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 10.10. A verificação pela(o) Pregoeira(o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



- 10.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da(o) Pregoeira(o).
- 10.11. A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 10.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 10.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 10.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da(o) Pregoeira(o), a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:
- 10.12.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 10.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 10.12.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 10.12.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 10.12.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 10.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.10.1.
- 10.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 10.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 10.17. Os documentos a seguir serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:
- 10.17.1. **Relativos à Habilitação Jurídica:**





- 10.17.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 10.17.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.17.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.17.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.17.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 10.17.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.17.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 10.17.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 10.17.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.17.1.10. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, válido; ou Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, ativa; ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, nos termos do art. 2º, §3º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.
- 10.17.1.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 10.17.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 10.17.2. **Relativos à Regularidade fiscal, social e trabalhista**
- 10.17.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



10.17.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.17.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.17.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.17.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.17.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.17.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**10.17.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

10.17.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.17.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.17.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente, comprovando:

10.17.3.3.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



- 10.17.3.3.2. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.
- 10.17.3.4. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos no último exercício social, sob pena de inabilitação;
- 10.17.3.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 10.17.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 10.17.3.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 10.17.4. **Relativos à Qualificação Técnica:**
- 10.17.4.1. As exigências relativas à Qualificação Técnica encontram-se elencadas no Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 10.17.5. **Disposições gerais sobre habilitação**
- 10.17.5.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.17.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.17.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.17.5.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.17.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 10.17.6. **Havendo a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:**
- a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na



localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

f.1. ata de fundação;

f.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

f.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

f.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

f.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### 10.17.7. Documentos Complementares:

a. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, CONFORME MODELO ANEXO A ESTE EDITAL

### 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.centraldecompras.pb.gov.br](http://www.centraldecompras.pb.gov.br) e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela(o) Pregoeira(o) durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.6. fraudar a licitação
- 12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;



12.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba;

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e



12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 12.15. A aplicação das sanções de que tratam os itens 12.7. e 12.8. importará na inclusão do licitante/contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.
- 12.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 12.16.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

### **13. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou requerer esclarecimentos acerca deste Edital e seus anexos por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A decisão de impugnação ou resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.





- 13.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [gelic06@centraldecompras.pb.gov.br](mailto:gelic06@centraldecompras.pb.gov.br).
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **14. DO CONTRATO**

- 14.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente, conforme Termo de Referência.
- 14.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.3. Caso a Administração entenda pela substituição do contrato por nota de empenho, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua ciência, para confirmar a entrega do objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 14.4.1. Será admitida a assinatura digital, por pessoa física ou jurídica, em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- 14.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 14.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 14.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 14.5.4. Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 14.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 14.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.



14.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

14.8. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

14.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

14.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.

14.10. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

## **15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização e gestão do contrato estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. A(o) Pregoeira(o) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, conforme previsão do art. 41, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

16.2. A(o) Pregoeira(o) poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no relatório de julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, conforme previsão do art. 42, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

16.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens supra, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no relatório de julgamento, conforme previsão do art. 43, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

16.4. Será divulgado relatório de julgamento da sessão pública no sistema eletrônico.

16.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela(o) Pregoeira(o).



- 16.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 16.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [www.centraldecompras.pb.gov.br/](http://www.centraldecompras.pb.gov.br/).
- 16.14. O resultado desta licitação será divulgado nos sítios eletrônicos: [www.centraldecompras.pb.gov.br](http://www.centraldecompras.pb.gov.br) e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.15.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 16.15.1.1. Anexo I do Termo de Referência – Tabela de itens a serem licitados e seus respectivos quantitativos
- 16.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 16.15.3. ANEXO III – Modelo da proposta de preços
- 16.15.4. ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco
- 16.15.5. ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento como ME – EPP
- 16.15.6. Apêndice do TR – Estudo Técnico Preliminar

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

**Jéssica Cecília de Albuquerque Araújo**  
Responsável pela Revisão do Edital





SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



PROCESSO  
PBDoc Nº:

DER-PRC-2026/00578

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### PREGÃO ELETRÔNICO

### COMPRAS

PROCESSO CENTRAL DE COMPRAS Nº 31.201.000578.2026

ÓRGÃO(S) REQUISITANTE (S): DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM -DER

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de veículos tipo chassi caminhão cavalo mecânico, tipo chassi caminhão equipado com tanque para transporte de combustível, SEMI reboque tipo carrega tudo e tipo chassi caminhão com carroceria, nos termos da tabela constante no anexo I deste termo de referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 44.383, de 14 de novembro de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. Nos termos do art. 13 do Decreto Estadual Nº 44.639/23, justificamos a não inclusão total ou parcial do(s) item(s) em questão no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025, devido a demandas supervenientes surgidas após sua elaboração.
- 2.3. Ademais, identificamos lacunas pontuais no levantamento de informações que comprometeram a previsão integral das necessidades.
- 2.4. Como forma de aprimorar a assertividade do planejamento para os próximos exercícios, destacamos que medidas estão sendo implementadas para garantir maior precisão em exercícios futuros.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER/PB  
Av. Min. José Américo de Almeida, S/Nº – João Pessoa - PB  
CEP: 58.040-300 - Tel.: (83) 3216-2800  
© SINGRA - Sistema Integrado de Gerenciamento Administrativo e Processual  
Versão – 2.02.02 - 2025



Assinado com senha por [DER21397] [SENHA] JOSÉ CÉLIO MARQUES DE SOUSA em 09/03/2026 - 15:37hs e [DER21427] [SENHA] CARLOS PEREIRA DE CARVALHO E SILVA em 09/03/2026 - 15:40hs.  
Documento Nº: 10047662.87066867-281 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10047662.87066867-281>



DERPRC202600578V01



SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



2.5. Ressaltamos, entretanto, que a presente demanda é essencial para a continuidade das atividades do órgão e para o cumprimento de suas finalidades institucionais;

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Adoção de critérios ambientais, sociais e econômicos nas contratações, considerando todo o ciclo de vida dos produtos ou serviços;
- 4.1.2. Preferência por produtos e serviços que apresentem menor impacto ambiental e social;
- 4.1.3. Estímulo à inovação tecnológica e à adoção de práticas sustentáveis pelos fornecedores;
- 4.1.4. Transparência e publicidade nas contratações, incluindo a divulgação dos critérios de seleção e avaliação dos fornecedores;
- 4.1.5. Soluções que viabilizem o incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

#### Subcontratação

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50 % (cinquenta) por cento do valor total do contrato nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: fornecimento de veículos automotor e Semi reboque;

4.3. A subcontratação fica limitada a:

- 4.3.1. Serviços acessórios, tais como caracterização, adaptações, equipamentos de comunicação, de sinalização e acústica.
- 4.3.2. É admitida a subcontratação, por meio de serviços especializados e homologados pelo fabricante, desde que mantidas inalteradas todas as condições originais de garantia.

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.





SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



#### Garantia da contratação

- 4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato.
- 4.5.1. *Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.*
- 4.5.2. *A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.*
- 4.5.3. *O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.*

#### Exigências quanto ao produto ofertado

- 4.6. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, catálogo, folder técnico ou documentação equivalente do fabricante, contendo informações suficientes para comprovação das especificações técnicas exigidas para os caminhões e para o semirreboque tipo carrega-tudo.
- 4.6.1. A exigência de apresentação de catálogos, fôlderes técnicos ou documentação equivalente do fabricante justifica-se por ser necessária para comprovar, de forma objetiva, o atendimento das especificações técnicas dos caminhões e do semirreboque tipo carrega-tudo, permitindo a correta avaliação das propostas.
- 4.6.2. Tal medida assegura o julgamento objetivo, a compatibilidade do objeto com as necessidades da Administração e a seleção da proposta mais vantajosa, sem restrição à competitividade, uma vez que serão aceitos documentos técnicos equivalentes.
- 4.7. O objeto a ser ofertado consiste em veículos cavalo mecânico, caminhão equipado com tanque de combustível, Semi reboque e caminhão com carroceria, zero quilômetro, devendo atender às especificações técnicas essenciais para garantir segurança operacional, durabilidade, estabilidade do veículo e eficiência em serviço, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

A exigência de equipamento novo, sem uso anterior e com ano/modelo em curso assegura maior vida útil, confiabilidade operacional, menor custo de manutenção e plena conformidade com a legislação atual.

A seguir, apresentam-se as exigências técnicas relativas ao OBJETO, acompanhadas de suas justificativas:

- 4.8. **Item do Objeto de código 122596 (VEÍCULO tipo chassi cavalo mecânico, novo 0 Km)**, de primeiro uso, ano/modelo em curso, cabine leito em aço com ar condicionado de série, vidros com acionamento elétrico, espelhos retrovisores com acionamento elétrico, motor de 06 cilindros movido a diesel com gerenciamento eletrônico, potência mínima de 445 CV, caixa de câmbio automatizada de 12 marchas ou superior, embreagem monodisco de 430mm mínimo, direção hidráulica, freio de serviço a tambor, pneumático, freio de estacionamento eletrônico acionado no painel, ABS, ASR, EBD, ESC, assistência de partida em rampa, tração 4x2, distância mínima entre eixo 3.550mm, PBT mínimo 16.000/20.000Kg, CMT mínimo de 62.000 Kg, Equipado Com 5ªroda, PNEUS 295/80 R 22,5, suspensão traseira pneumática com







SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA  
DOS RECURSOS HÍDRICOS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

amortecedores e barra estabilizadora, tanque de combustíveis mínimo de 440 litros equipado com bomba hidráulica para acionamento de implementos, demais exigências legais

- 4.8.1. Cabine leito em aço com ar-condicionado de série, proporciona conforto, ergonomia e condições adequadas de descanso ao condutor em operações de longa distância
- 4.8.2. Vidros e espelhos retrovisores com acionamento elétrico, aumenta a segurança operacional e reduz a fadiga do motorista.
- 4.8.3. Motor diesel de 6 cilindros, gerenciamento eletrônico, potência mínima de 445 CV, assegura desempenho adequado para operação com cargas elevadas, garantindo segurança e eficiência.
- 4.8.4. Transmissão automatizada de 12 marchas ou superior, reduz consumo de combustível, desgaste mecânico e facilita a condução.
- 4.8.5. Embreagem monodisco com diâmetro mínimo de 430 mm, compatível com alto torque e maior durabilidade do conjunto.
- 4.8.6. Direção hidráulica, facilita manobras e melhora o conforto operacional.
- 4.8.7. Sistema de freios pneumático a tambor, freio de estacionamento eletrônico, ABS, ASR, EBD, ESC e assistência de partida em rampa, atende às exigências de segurança veicular e reduz riscos de acidentes.
- 4.8.8. Tração 4x2, adequada às condições operacionais previstas, com equilíbrio entre desempenho e economia.
- 4.8.9. Distância entre eixos mínima de 3.550 mm, PBT mínimo de 16.000/20.000 kg e CMT mínimo de 62.000 kg, garante estabilidade, segurança e compatibilidade com semirreboques diversos.
- 4.8.10. Equipado com 5ª roda, essencial para o acoplamento seguro de semirreboques.
- 4.8.11. Pneus 295/80 R 22,5, medida padronizada no transporte pesado, com ampla disponibilidade no mercado.
- 4.8.12. Suspensão traseira pneumática com amortecedores e barra estabilizadora, Proporciona conforto, estabilidade e preservação da carga.
- 4.8.13. Tanque de combustível mínimo de 440 litros com bomba hidráulica para acionamento de implementos, aumenta a autonomia operacional e a versatilidade do veículo.

Atendimento a todas as exigências legais e regulamentares vigentes, assegura conformidade com a legislação de trânsito, ambiental e de segurança.

**4.9. Item do Objeto de código 130407 (VEÍCULO tipo chassi caminhão, novo 0 Km)**, de primeiro uso, ano/modelo em curso, cabine em aço com ar condicionado de série, vidros com acionamento elétrico, espelhos retrovisores com acionamento elétrico, trava elétrica motor de 06 cilindros movido a diesel com gerenciamento eletrônico, potência mínima de 280 CV, caixa de câmbio automatizada de 8 marchas ou superior, embreagem monodisco de 390mm mínimo, direção hidráulica, freio de serviço a tambor, pneumático, freio de estacionamento câmara de mola acionado pneumaticamente, ABS, ASR, EBD, ESC, assistência de partida em rampa, tração 6x2, distância mínima entre eixo 4.760 mm, Carga útil mínima mais equipamento 17.600 Kg, PBT de 23.000 kg mínimo, CMT mínimo 27.000kg, Pneus 275/80 R 22,5, cor Branco, suspensão traseira tipo balancim com suspensor pneumático do eixo auxiliar, tanque de combustíveis mínimo de 300 litros. Equipado com bomba de transferência com vazão mínima de 36m³/h, acionada por cardam e tomada de força, demais exigências legais. Equipado com tanque p/transporte de combustível (óleo diesel S-10), modelo OVAL, capacidade 15.000 L com 3 (três) compartimentos de (5/5/5) mil litros, Saída lateral: esquerda e direito, estrutura em chapa de aço carbono A36 de 3.4 mm espessura, fundo do tanque em chapa 4,75 mm espessura, calandrada a frio. Tanque reforçado contra impactos, trincas e passagens.



DERPRC202600578V01





SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA  
DOS RECURSOS HÍDRICOS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

Conforme norma RTQ-7C INMETRO. Processo de solda, com solda MIG em todo corpo, incluindo cavaletes e empalmes evitando corrosão na parte inferior do tanque. Padrão de pintura ELETROSTÁTICA em poliuretano (PU), na cor branca. Instalação elétrica com sistema embutido em tubos corrugado, dois guarda mangote com tubo de PVC de 6". Uma mangueira de descarga marrom com diâmetro de 2 ½" x 4.000 mm e ponteira. Para-choque conforme padrão novo CONTRAN articulado e refletiva, sistema de calha na parte superior do tanque, como dispositivo de proteção das bocas de visita ou com cofre de expansão, suporte para os cones, placas de simbologia. Protetor de ciclista nas laterais, em alumínio. 2(dois) extintores 8 kg de pó ABC. Para-lama anatômico de plástico com para barro tankar. Escada traseira, tipo marinho. Faixas refletivas. Lanternas laterais amarelas e superiores vermelhas em LED, passadiço superior antiderrapante em EPÓXI. Guarda corpe superior mecânico manual galvanizado, setas (avulsas). KIT DE SEGURANÇA conforme resolução ANTT 420/04, ANTT 3665/11 e ABNT NBR 9735/17: 4 (quatro) cones refletivos (conforme NBR 15071), 2 (dois) CALÇO DE MADEIRA (150x20 x 50 MM), 1(um) capacete de segurança, 1 (um)óculos de segurança, 1(um) alicate universal, 1(uma) chave de fenda, 1(uma) chave fixa 13 MM, 4(quatro) placa 33-3475 e 3 (três) placa líquido inflamável.

**4.9.1.** As especificações asseguram desempenho, estabilidade, segurança e durabilidade adequadas às operações de transporte de combustível.

#### DOS EQUIPAMENTOS:

**4.9.2.** A Bomba de transferência com vazão mínima de 36 m³/h, acionada por cardan e tomada de força, garante eficiência e segurança no abastecimento.

**4.9.3.** TANQUE DE TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL: Tanque modelo oval, capacidade de 15.000 litros, dividido em três compartimentos de 5.000 litros, fabricado em aço carbono A36, soldagem MIG, pintura eletrostática em PU, conforme RTQ-7C INMETRO, atende às normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis ao transporte de produtos perigosos.

**4.9.4.** SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO: Atendimento às Resoluções ANTT nº 420/04, 3665/11 e ABNT NBR 9735/2017, com kit de segurança completo, sinalização refletiva, extintores, protetores laterais e demais dispositivos legais, assegura conformidade legal, proteção à vida e mitigação de riscos ambientais.

**4.10. Item de código 122597 (SEMI reboque tipo carrega tudo, novo, 0 Km)**, de primeiro uso, ano em curso, chassi com longarinas em perfil I em aço de alta resistência mecânica, travessas passantes em perfil U em aço ASTM A36 interligado as longarinas, pino rei de 2" conforme NBR NM ISO 337:2001. Plataforma plana de 03(três) eixos, com rodas e pneus 295/80 R 22,5, assoalho central e lateral em aço SAE 1010/20 de 4mm, pranchas de madeira maciça com espessura de 40,0mm dispostas longitudinalmente fixadas por parafusos. Capacidade de carga de 40 toneladas. Suspensão tipo balancim com suportes de molas estampados; apoio das molas tipo troca rápida, braços tensores articulados em buchas de borracha, molas semielípticas. Eixo tubulares com capacidade de 13 T, freios a tambor, pneumático serviço e emergência, ABS, câmara de freio de 30 pol², com Spring-brake, conforme resolução 777/93





SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E  
DOS RECURSOS HÍDRICOS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

do CONTRAN. Aparelho de levantamento manual com 6 posições de ajustes, capacidade estática de 50T mínima. Rampa traseira eletro-hidráulica com acionamento por alavanca na lateral do equipamento, com vigas aço LNE 600 reforçadas com cantoneiras aço SAE 110/20, rampa de 2 lances. Sistema elétrico de 24 V com lâmpadas em led. Suporte para um pneu, uma roda/pneu sobressalente, caixa de ferramentas, parabarros, para choque traseiro conforme normas Resolução 152/03 do CONTRAN. Argolas de ancoragem nas laterais, faixas refletivas conforme Resolução 128/01 de CONTRAN. Comprimento total de 13.700 mm, comprimento da plataforma 10.500mm, comprimento do pescoço 3.200 mm, largura de 2.800 mm, largura da rampa de 1.000mm, cor branco. Demais exigências legais.

#### **Chassi e Estrutura**

**4.10.1.** A estrutura especificada garante elevada resistência estrutural, durabilidade e segurança na operação, suportando esforços dinâmicos e estáticos inerentes ao transporte de cargas pesadas, além de assegurar compatibilidade com cavalos mecânicos padronizados.

#### **Plataforma**

**4.10.2.** A configuração da plataforma proporciona elevada capacidade de carga, resistência ao desgaste e segurança no transporte de máquinas e equipamentos, aliando robustez estrutural e facilidade de manutenção.

#### **Capacidade de Carga**

**4.10.3.** A capacidade especificada atende às demandas operacionais de transporte de equipamentos pesados, evitando sobrecargas e garantindo segurança estrutural e conformidade com a legislação de trânsito.

#### **Suspensão**

**4.10.4.** O sistema de suspensão proporciona melhor distribuição de carga, absorção de impactos, estabilidade operacional e maior durabilidade dos componentes.

#### **Eixos e Sistema de Freios**

**4.10.5.** O conjunto garante eficiência de frenagem, estabilidade e segurança veicular, atendendo às exigências legais para veículos de grande porte.

#### **Aparelho de Levantamento**

**4.10.6.** A capacidade elevada assegura estabilidade do semi reboque durante operações de acoplamento e desacoplamento, mesmo quando carregado.

#### **Rampa Traseira**

**4.10.7.** Rampa Traseira: a rampa eletro-hidráulica facilita o embarque e desembarque de equipamentos pesados, proporcionando maior segurança operacional e redução do esforço manual.

#### **Sistema Elétrico**

**4.10.8.** O sistema em LED proporciona maior eficiência luminosa, durabilidade e menor consumo energético, atendendo às exigências de segurança viária.

#### **Acessórios e Equipamentos Obrigatórios**





SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA  
DOS RECURSOS HÍDRICOS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

**4.10.9.** Os acessórios obrigatórios garantem segurança, atendimento à legislação, facilidade de manutenção e correta fixação da carga durante o transporte.

#### Dimensões

**4.10.10.** As dimensões especificadas asseguram compatibilidade com os limites legais de circulação e adequação ao transporte de cargas pesadas e volumosas.

**4.10.11.** A cor branca favorece melhor visibilidade, padronização da frota e facilidade de identificação institucional.

**4.11. Item de código 135410 (VEÍCULO tipo chassi de caminhão, novo 0 km)**, de primeiro uso, ano em curso, motor a diesel com potência mínima de 160CV, e 4.8L, Torque de 600Nm mínimo, Proconve P8, Tração 4x2, PBT de 8.000 kg mínimo, direção hidráulica, caixa de câmbio com 6 marchas a frente e uma ré, freio pneumático a tambor, ABS, ASR, EBD, assistente de partida em rampa, tanque de 150 litros, ar condicionado original de fábrica vidros elétricos, espelhos com acionamento elétrico, cor branca, equipado com carroceria aberta em chapa de ferro medindo 5.50m de comprimento x 2.20 m de largura x 0,40m de altura, para-choque traseiro padrão Denatran, para-lamas e para-barros, equipado com 6 pneus mais 1 pneu suporte; Caixa de ferramentas, Protetor de ciclistas, demais equipamentos exigidos por lei, conforme Termo de Referência.

**4.11.1.** A potência, torque e cilindrada mínimos garantem desempenho adequado para transporte de cargas, mesmo em vias urbanas e rodoviárias com aclives, além de assegurar eficiência operacional. O atendimento ao PROCONVE P8 garante conformidade ambiental, menor emissão de poluentes e adequação à legislação vigente.

**4.11.2.** A tração 4x2 atende às condições normais de uso urbano e rodoviário, proporcionando menor consumo de combustível e custos operacionais reduzidos. O PBT mínimo assegura capacidade adequada para o transporte das cargas previstas.

**4.11.3.** A direção hidráulica proporciona conforto, segurança e melhor ergonomia ao condutor. A transmissão com múltiplas marchas garante melhor aproveitamento do torque do motor, economia de combustível e maior controle em diferentes condições de tráfego.

**4.11.4.** O sistema de freios pneumáticos é indicado para veículos de carga, oferecendo maior eficiência e durabilidade. Os sistemas eletrônicos de segurança ativa aumentam a estabilidade, reduzem riscos de derrapagem e melhoram o controle do veículo, atendendo às exigências legais e de segurança viária.

**4.11.5.** A capacidade mínima do tanque proporciona maior autonomia operacional, reduzindo a necessidade de reabastecimentos frequentes e aumentando a eficiência das operações.

#### Conforto e Equipamentos de Cabine

**4.11.6.** Os itens de conforto e ergonomia proporcionam melhores condições de trabalho ao motorista, reduzindo fadiga e aumentando a segurança operacional. A cor branca contribui para melhor conservação térmica e padronização da frota.



DERPRC202600578V01



SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E  
DOS RECURSOS HÍDRICOS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

#### Carroceria

4.11.7. As dimensões e o material da carroceria atendem às necessidades de transporte de materiais diversos, garantindo resistência estrutural, durabilidade e versatilidade de uso.

#### Equipamentos Externos e Itens de Segurança

4.11.8. Os equipamentos asseguram conformidade com as normas de trânsito, proteção a terceiros, segurança operacional e atendimento às exigências legais para circulação do veículo.

#### Rodagem

4.11.9. Equipado com **6 pneus em uso**, mais **1 pneu sobressalente**.

4.11.9.1. A exigência garante segurança, continuidade das operações e atendimento às condições mínimas de trafegabilidade, conforme legislação de trânsito.

4.12. Os bens deverão atender integralmente ao **Código de Trânsito Brasileiro**, às normas do **CONTRAN**, **DENATRAN**, **INMETRO**, bem como às demais legislações aplicáveis, que assegura a regularidade legal do bem adquirido, evitando restrições de uso, sanções administrativas e riscos à segurança.

4.13. Os requisitos estabelecidos garantem a aquisição dos veículos adequado às necessidades da Administração Pública, assegurando segurança, eficiência operacional, durabilidade e atendimento ao interesse público.

4.14. Todos os objetos deverão serem entregues, com todas as taxas, impostos e/ou qualquer outra existente a época da entrega, e com o pagamento do frete, tributos, encargos sociais, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir no preço proposto, também deverão serem entregues emplacados o Estado da Paraíba, sendo realizado os emplacements diretamente no CNPJ da Contratante: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba, com toda documentação atualizada, registrado/licenciado inclusive aquelas decorrentes de alterações que necessitem ser incluídas no certificado de registro de licenciamento veicular – CRLV, devidamente providenciados pela Contratada, atendendo integralmente à legislação de trânsito vigente, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

4.15. Os bens deverão acompanhar manual do proprietário, manual técnico do chassi e do motor, certificado de garantia e relação de concessionárias autorizadas;

4.16. Os bens a serem adquiridos deverão acompanhar: nota fiscal, manual de instruções do equipamento em português, termo de garantia do fabricante e relação da rede de Assistência Técnica Autorizada;

4.17. Os bens a serem fornecidos deverão possuir selo de qualidade do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), nos termos do art. 42, inciso I da Lei n.º 14.133/2021;

4.18. A contratada deverá disponibilizar assistências técnicas no Estado da Paraíba, sendo no mínimo 01 (uma) autorizada na capital, na cidade de João Pessoa/PB ou cidades de distância





SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA  
DOS RECURSOS HÍDRICOS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

no máximo 150 Km da Capital, podendo para estes serviços serem estabelecidas parcerias com outras empresas com o intuito de providenciar os serviços de manutenção dos veículos;

**4.18.1.** A referida exigência de assistências técnicas na Paraíba se faz necessária uma vez que a ausência do veículo por longos períodos de tempo, em virtude da inexistência de assistência técnica na capital, poderá trazer grandes prejuízos as ações operacionais desenvolvidas pelo DER/PB, pois terão que ter suas atividades postergadas.

**4.19.** Os bens deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, abrangendo o chassi, motor, transmissão, sistemas auxiliares e conforme manual de Garantia do Fabricante.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

- 5.1.** O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias, contados do(a) da assinatura do contrato OU ordem de compra.
- 5.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3.** Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Sede do DER/PB em João Pessoa, na Av. Ministro José Americo de Almeida S/N - Bairro Torre - João Pessoa - PB CEP 58.040-300, de Segunda-Feira à Quinta-Feira no horário das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 16:00 e na Sexta-feira de 08:00 às 12:00, (exceto feriados ou ponto facultados através de decreto do Governo do Estado da Paraíba).
- 5.4.** No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.5.** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
  - 5.5.1.** *Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.*
- 5.6.** A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.7.** A garantia para os veículos caminhões deverá abranger, no mínimo, motor, transmissão, sistema de freios, sistema de suspensão, sistema elétrico, sistema de arrefecimento, chassi, eixos, direção e demais componentes originais do veículo.







SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



- 5.8. A garantia do Semi Reboque deverá abranger, no mínimo, chassi, longarinas, travessas, soldas estruturais, sistema de suspensão, eixos, sistema de freios, pino-rei, sistema elétrico, sistema eletro-hidráulica para acionamento da rampa, pintura e demais componentes estruturais e funcionais;
- 5.9. A garantia deverá incluir mão de obra, peças e componentes, bem como eventuais substituições decorrentes de defeitos de fabricação, falhas de projeto ou vícios oculto, sem custos adicionais para a Administração;
- 5.10. A garantia deverá ser formalizada mediante Termo de Garantia, Manual do Fabricante ou documento equivalente, a ser entregue no ato do recebimento definitivo dos bens;
- 5.11. A contratada deverá assegurar assistência técnica no território nacional, diretamente ou por meio de rede autorizada do fabricante;
- 5.12. Os bens que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.13. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de retirada do bem das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.14. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos bens.
- 5.16. Quando necessário, o custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER/PB  
Av. Min. José Américo de Almeida, 5/Nº – João Pessoa - PB  
CEP: 58.040-300 - Tel.: (83) 3216-2800  
© SINGRA - Sistema Integrado de Gerenciamento Administrativo e Processual  
Versão – 2.02.02 - 2025



Assinado com senha por [DER21397] [SENHA] JOSÉ CÉLIO MARQUES DE SOUSA em 09/03/2026 - 15:37hs e [DER21427] [SENHA] CARLOS PEREIRA DE CARVALHO E SILVA em 09/03/2026 - 15:40hs.  
Documento Nº: 10047662.87066867-281 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10047662.87066867-281>



DERPRC202600578V01



SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);
- 6.8 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);
- 6.9 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);
- 6.10 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV).
- 6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V).
- 6.12 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII](#)).
- 6.13 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).
- 6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as







SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV)).

#### Gestor do Contrato

- 6.15** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).
- 6.16** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal(is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).
- 6.17** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).
- 6.18** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal(is) do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).
- 6.19** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X).
- 6.20** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).
- 6.21** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

- 7.1** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.





SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA  
DOS RECURSOS HÍDRICOS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

- 7.2** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

- 7.8** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 7.9** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e





SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- f.1) Se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB nº 1.234/2012.
- 7.9.1** Observar as disposições da INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEAD/CGE Nº 01/2016 (SIGBP PB).
- 7.9.2** No caso de bens adquiridos com entregas parceladas, a liquidação e pagamento deverão observar as disposições da PORTARIA CONJUNTA Nº 001/2022-CGE-SEAD-SEFAZ, de 04 de agosto de 2022.
- 7.10** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.11** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou SIREF/PB ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.12** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF/PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de licitar e Contratar – CAFIL/PB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.13** Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.14** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.15** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.16** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB.





SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



### Prazo de pagamento

- 7.17** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.
- 7.18** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

### Forma de pagamento

- 7.19** O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.
- 7.20** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.
- 7.21** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.21.1** Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 7.21.2** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.22** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Reajuste

- 7.23** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.24** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice *IPCA*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.25** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.26** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.27** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).





SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA



- 7.28 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.29 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.30 O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Forma de fornecimento

- 8.2 O fornecimento do objeto será integral.

### Exigências de habilitação técnica

- 8.3 Para fins de habilitação técnica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 8.4 *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*
- 8.4.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.4.1.1 Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50 % dos quantitativos licitados.
- 8.4.1.2 A exigência de atestados será restrita as parcelas de valor significativo, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.
- 8.4.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.
- 8.4.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.4.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.5 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:







SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

- 8.5.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 8.5.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.5.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 8.5.4 O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 8.5.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.5.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.5.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação está definido no anexo I deste Termo de Referência.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 31.201;
- II) Fonte de Recursos: 720;
- III) Programa de Trabalho: 5004;
- IV) Elemento de Despesa: 449052.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. ANEXO (S)

11.1. Anexo I – tabela com itens a serem licitados e valor estimado da contratação.







SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E  
DOS RECURSOS HÍDRICOS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA



João Pessoa (PB), data da assinatura eletrônica via PBDoc.

Elaborado por:

José Célio Marques de Sousa  
Chefe da Divisão de Equipamentos Rodoviários  
Matrícula 3878-4

Aprovado por:

Carlos Pereira de Carvalho e Silva  
Diretor Superintendente

#### Histórico de Revisões

Versão	VERSÃO
Criada em	
04/03/2026	1.0
Versão	VERSÃO
Modificada em	
09/03/2026	2.0





## ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Número processo:31.201.000578.2026

### 1- TABELA DE ITENS A SEREM LICITADOS E SEUS RESPECTIVOS QUANTITATIVOS

Item	Código	Descrição	Unidade	Qtde	R\$ Un.	LC 123/2006
1	122597	SEMI reboque tipo carrega tudo, 0 km. Conforme termo de referência.	Un	1	294100,95	Ampla Concorrência
2	130407	VEÍCULO tipo chassi caminhão, novo 0 km. Conforme termo de referência.	Un	1	891701,92	Ampla Concorrência
3	122596	VEÍCULO tipo chassi cavalo mecânico, novo 0 km. Conforme termo de referência.	Un	1	818600,00	Ampla Concorrência
4	135410	VEÍCULO tipo chassi de caminhão, novo 0 km, motor a diesel com potência mínima de 160CV, e 4.8L, torque de 600Nm mínimo, Proconve P8, tração 4 × 2, PBT de 8.000 kg mínimo.	Un	1	445483,33	Ampla Concorrência

2- O CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE R\$2.449.886,20



**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM -DER

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31.201.000578.2026

PREGÃO ELETRÔNICO

Contrato de Compras

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
<NumeroAnoContrato> QUE FAZEM ENTRE SI O  
ESTADO DA PARAÍBA, POR INTERMÉDIO DO  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM -DER  
E A EMPRESA <NomeEmpresa>.

O Estado da Paraíba, por intermédio do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM -DER, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria\_AtoGovernamental> de <DataPortaria\_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria\_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa <NomeEmpresa>, inscrita no CNPJ nº <CNPJEmpresa>, com sede na <EnderecoCompletoEmpresa>, denominada CONTRATADA, neste ato representada por <NomeRepresentanteEmpresaEFuncao>, conforme <Atos Constitutivos da Empresa OU Procuracao apresentada nos autos>, tendo em vista o que consta no Processo nº 31.201.000578.2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 107/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CHASSI CAMINHÃO CAVALO MECÂNICO, TIPO CHASSI CAMINHÃO EQUIPADO COM TANQUE PARA TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL, SEMI REBOQUE TIPO CARREGA TUDO E TIPO CHASSI CAMINHÃO COM CARROCERIA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta) por cento do valor total do contrato, nas seguintes condições:
  - 4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:
    - 4.1.1.1. fornecimento de veículos automotor e Semi reboque;
  - 4.1.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:
    - 4.1.2.1. Serviços acessórios, tais como caracterização, adaptações, equipamentos de comunicação, de sinalização e acústica;
  - 4.1.3. É admitida a subcontratação, por meio de serviços especializados e homologados pelo fabricante, desde que mantidas inalteradas todas as condições originais de garantia.
- 4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.



4.3.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ <ValorTotalContratado> (<ValorTotalContratadoExtenso>).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em {DataOrçamentoEstimado}.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Quando houver prestação de garantia, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, nos casos em que couber;





- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou no SIREF PB, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade <ModalidadeGarantia>, em valor correspondente a 1% (um) por cento do valor {Inicial\_Total\_Anual} do contrato.

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante {a vigência do contrato\_ a vigência do contrato e por xx dias após o término da vigência contratual>, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.5 deste contrato.

10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.6., observada a legislação que rege a matéria.

10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no {Banco} com correção monetária.

10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo



Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

- 10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 10.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 10.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 10.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.
- 10.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 10.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 10.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 10.16.1. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
- 10.16.2. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.16.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:



- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

[ (2) moratória de {MultaMinimaMoratoriaGarantia} % ({MultaMinimaMoratoriaGarantiaExtenso}) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de <MultaMaximaMoratoriaGarantia> % ({MultaMaximaMoratoriaGarantia}) por cento, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. ]

[a. O atraso superior a <PrazoMaximoDias> (<PrazoMaximoDiasExtenso>) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.]

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaMínimaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatóriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.



(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de <Multa Mínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <Multa Máxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<Multa MáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



- 11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
  - b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.





12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado da Paraíba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 31201

II. Fonte de Recursos: 500/720

III. Programa de Trabalho: 5004

IV. Elemento de Despesa: 44905200

V. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §3º, inciso V, do Decreto nº 33.050, de 2012.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro da comarca de João Pessoa - PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

<Município>, <DataCorrente>.

\_\_\_\_\_  
<NomeRepresentanteLegalOrgaoECargo>  
{Orgao}

\_\_\_\_\_  
<NomeRepresentanteLegalEmpresa>  
<NomeEmpresa>

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Pregão Eletrônico nº xxx – Processo nº XXXX – Objeto e órgão(s) participante(s)

Empresa (Razão Social/CNPJ):

Endereço/Telefone/E-mail:

Dados Bancários: (Banco, Agência e Conta)

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total do Item (R\$)

Valor global da Proposta:

Valor global da proposta por extenso:

Alíquota de ISS e/ou ICMS, conforme o caso:

Validade da Proposta: *(Não poderá ser inferior a 90 dias)*

Declaração de que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e que atende todas as exigências do instrumento convocatório.

Outras informações importantes para o dimensionamento da proposta constantes no Edital/TR (atender às exigências do instrumento convocatório)

---

Assinatura do Representante Legal

(Cargo/RG/CPF)

Observação:

*Declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;*

*No caso de ME/EPP, declarar expressamente na proposta comercial, se for o caso, a opção pelo SIMPLES NACIONAL, apresentando a comprovação que faz jus ao tratamento tributário favorecido;*

ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO**

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada no seguinte endereço: \_\_\_\_\_, nº e complemento \_\_\_\_\_, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Cidade/UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento como ME/EPP

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP**

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada no seguinte endereço: \_\_\_\_\_, nº e complemento \_\_\_\_\_, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que:

A licitante é uma microempresa ou empresa de pequeno porte, devidamente enquadrada nos termos da legislação vigente. Portanto, confirma que no ano-calendário de realização do presente certame não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme definido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro ainda estar ciente de que o não cumprimento das disposições legais acima referidas pode acarretar na inabilitação da empresa nesta licitação, bem como outras sanções previstas na legislação.

Por fim, coloco-me à disposição para apresentar quaisquer documentos comprobatórios que se façam necessários para a verificação da veracidade das informações ora prestadas.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)



SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP  
DECRETO ESTADUAL Nº 46.187/2025**

<b>PROCESSO PBDoc Nº:</b>	<b>DER-PRC-2026/00578</b>
<b>OBJETO:</b>	Aquisição de veículos tipo chassi caminhão cavalo mecânico, tipo chassi caminhão equipado com tanque para transporte de combustível, SEMI reboque tipo carrega tudo e tipo chassi caminhão com carroceria.

## 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

### PREGÃO ELETRÔNICO

#### COMPRAS

- 1.1.** Este Estudo Técnico Preliminar - ETP constitui a primeira etapa do planejamento da contratação, definindo o interesse público e a solução ideal para o objeto em epígrafe
- 1.2.** Dessa forma, o presente documento tem o intuito de avaliar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida, bem como o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência e demais peças processuais nos termos do Decreto Estadual Nº 46.187/2025.

## 2. ÁREA(S) REQUISITANTE(S)

- 2.1.** Divisão de Equipamentos Rodoviários

## 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 10, inciso I do Decreto 46.187/25).

- 3.1.** O DER/PB tem um cronograma alinhado com o governo da Paraíba a todos os municípios podendo contar com uma malha rodoviária em bom estado de conservação, para que possamos proporcionar a população vias em boas condições de uso e evitar possíveis acidentes oriundo de animais ou falta de sinalização, se faz necessário a aquisição desses objetos para serem utilizados diariamente na administração e na execução dos trabalhos de manutenção da extensa malha rodoviária, nas razões seguintes:

- 1-** Foi adquirido **1 (um) veículo tipo chassi cavalo mecânico** no ano de 2023 e **1 (um) SEMI reboque tipo carrega tudo (Prancha de transporte de máquinas)** no ano de 2022, os mesmos não estão suprimindo as demandas operacionais do órgão em atender os serviços no transporte de máquinas/equipamentos pesados, sob jurisdição das Unidades Administrativas deste DER, as Residências Rodoviárias de Sapé, Itabaiana, Campina Grande, Sumé, Solânea, Patos, Cajazeiras e Itaporanga que realizam os trabalhos de manutenção e conservação das rodovias estaduais da Paraíba.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER/PB  
Av. Min. José Américo de Almeida, S/Nº – João Pessoa - PB  
CEP: 58.040-300 - Tel.: (83) 3216-2800  
© SINGRA - Sistema Integrado de Gerenciamento Administrativo e Processual  
Versão – 2.02.02 - 2025



Assinado com senha por [DER21397] [SENHA] JOSÉ CÉLIO MARQUES DE SOUSA em 20/02/2026 - 09:36hs e [DER21427] [SENHA] CARLOS PEREIRA DE CARVALHO E SILVA em 20/02/2026 - 09:45hs.  
Documento Nº: 10047662.85439755-7339 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10047662.85439755-7339>



DERPRC202600578V01





SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

- 2- Foi adquirido **um veículo para o transporte de combustível (óleo diesel S-10)** no ano de 2023, ocorrendo em 21 de outubro de 2025 um sinistro, sem condições na sua recuperação. E o veículo ora existente equipado com o tanque para transportar o combustível estar em condições precárias, com vida ultrapassada, causando prejuízo em manutenção corretiva, atrasando a distribuição do combustível óleo diesel S10 para as Unidades Administrativas, prejudicando assim os trabalhos de competência deste órgão realizados pelas Residências Rodoviárias;
- 3- A aquisição de **um veículo caminhão com carroceria** se faz necessário em razão que o atual existente no DER, utilizado no transporte de materiais tipo: cimentos, ferramentas, lubrificantes, peças automotivas e etc., que atende as demandas da Sede na entrega desses materiais às 8 (oito) Unidades Administrativas, o veículo estar em uso a mais de 23 anos, sendo inviável as manutenções preventivas e corretivas ocorrendo quebras e falhas constantes, devido sua vida útil no limite, contando com problemas de segurança e manutenção, pois as demandas das residências são contínuas e para que exista uma harmonia no conjunto tanto na operacionalidade como na logística, se faz necessária a aquisição de um novo veículo.

Portanto para dar continuidade os serviços de competência deste órgão DER/PB com mais presteza e eficiência se faz necessário essas aquisições.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 10, inciso II do Decreto 46.187/25).

4.1. Para cada item constante no item 7 deste Estudo Técnico Preliminar com seus respectivos códigos, deverão ser ofertados de acordo com as especificações apresentadas, conforme segue:

4.1.1 **Item do Objeto de código 122596 (VEÍCULO tipo chassi cavalo mecânico, novo 0 Km)**, de primeiro uso, ano/modelo em curso, cabine leito em aço com ar condicionado de série, vidros com acionamento elétrico, espelhos retrovisores com acionamento elétrico, motor de 06 cilindros movido a diesel com gerenciamento eletrônico, potência mínima de 445 CV, caixa de câmbio automatizada de 12 marchas ou superior, embreagem monodisco de 430mm mínimo, direção hidráulica, freio de serviço a tambor, pneumático, freio de estacionamento eletrônico acionado no painel, ABS, ASR, EBD, ESC, assistência de partida em rampa, tração 4x2, distância mínima entre eixo 3.550mm, PBT mínimo 16.000/20.000Kg, CMT mínimo de 62.000 Kg, Equipado Com 5ªroda, PNEUS 295/80 R 22,5, suspensão traseira pneumática com amortecedores e barra estabilizadora, tanque de combustíveis mínimo de 440 litros equipado com bomba hidráulica para acionamento de implementos, demais exigências legais.

4.1.2 **Item do Objeto de código 130407 (VEÍCULO tipo chassi caminhão, novo 0 Km)**, de primeiro uso, ano/modelo em curso, cabine em aço com ar condicionado de série, vidros com acionamento elétrico, espelhos retrovisores com acionamento elétrico, trava elétrica motor de 06 cilindros movido a diesel com gerenciamento eletrônico, potência mínima de 280 CV, caixa de câmbio automatizada de 8 marchas ou superior, embreagem monodisco de 390mm mínimo, direção hidráulica, freio de serviço a tambor, pneumático, freio de estacionamento câmara de mola acionado pneumaticamente, ABS, ASR, EBD, ESC, assistência de partida em rampa, tração 6x2,

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER/PB  
Av. Min. José Américo de Almeida, 5/Nº – João Pessoa - PB  
CEP: 58.040-300 - Tel.: (83) 3216-2800  
© SINGRA - Sistema Integrado de Gerenciamento Administrativo e Processual  
Versão – 2.02.02 - 2025



Assinado com senha por [DER21397] [SENHA] JOSÉ CÉLIO MARQUES DE SOUSA em 20/02/2026 - 09:36hs e [DER21427] [SENHA] CARLOS PEREIRA DE CARVALHO E SILVA em 20/02/2026 - 09:45hs.  
Documento Nº: 10047662.85439755-7339 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10047662.85439755-7339>



DERPRC202600578V01



SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

distância mínima entre eixo 4.760 mm, Carga útil mínima mais equipamento 17.600 Kg, PBT de 23.000 kg mínimo, CMT mínimo 27.000kg, Pneus 275/80 R 22,5, cor Branco, suspensão traseira tipo balancim com suspensor pneumático do eixo auxiliar, tanque de combustíveis mínimo de 300 litros. Equipado com bomba de transferência com vazão mínima de 36m³/h, acionada por cardam e tomada de força, demais exigências legais. Equipado com tanque p/transporte de combustível (óleo diesel S-10), modelo OVAL, capacidade 15.000 L com 3 (três) compartimentos de (5/5/5) mil litros, Saída lateral: esquerda e direito, estrutura em chapa de aço carbono A36 de 3.4 mm espessura, fundo do tanque em chapa 4,75 mm espessura, calandrada a frio. Tanque reforçado contra impactos, trincas e passagens. Conforme norma RTQ-7C INMETRO. Processo de solda, com solda MIG em todo corpo, incluindo cavaletes e empalmes evitando corrosão na parte inferior do tanque. Padrão de pintura ELETROSTÁTICA em poliuretano (PU), na cor branca. Instalação elétrica com sistema embutido em tubos corrugado, dois guarda mangote com tubo de PVC de 6". Uma mangueira de descarga marrom com diâmetro de 2 1/2" x 4.000 mm e ponteira. Para-choque conforme padrão novo CONTRAN articulado e refletiva, sistema de calha na parte superior do tanque, como dispositivo de proteção das bocas de visita ou com cofre de expansão, suporte para os cones, placas de simbologia. Protetor de ciclista nas laterais, em alumínio. 2(dois) extintores 8 kg de pó ABC. Para-lama anatômico de plástico com para barro tankar. Escada traseira, tipo marinho. Faixas refletivas. Lanternas laterais amarelas e superiores vermelhas em LED, passadiço superior antiderrapante em EPÓXI. Guarda corpe superior mecânico manual galvanizado, setas (avulsas). KIT DE SEGURANÇA conforme resolução ANTT 420/04, ANTT 3665/11 e ABNT NBR 9735/17: 4 (quatro) cones refletivos (conforme NBR 15071), 2 (dois) CALÇO DE MADEIRA (150x20 x 50 MM), 1(um) capacete de segurança, 1 (um)óculos de segurança, 1(um) alicate universal, 1(uma) chave de fenda, 1(uma) chave fixa 13 MM, 4(quatro) placa 33-3475 e 3 (três) placa líquido inflamável.

**4.1.3 Item de código 122597 (SEMI reboque tipo carrega tudo, novo, 0 Km)**, de primeiro uso, ano em curso, chassi com longarinas em perfil I em aço de alta resistência mecânica, travessas passantes em perfil U em aço ASTM A36 interligado as longarinas, pino rei de 2" conforme NBR NM ISO 337:2001. Plataforma plana de 03(três) eixos, com rodas e pneus 295/80 R 22,5, assoalho central e lateral em aço SAE 1010/20 de 4mm, pranchas de madeira maciça com espessura de 40,0mm dispostas longitudinalmente fixadas por parafusos. Capacidade de carga de 40 toneladas. Suspensão tipo balancim com suportes de molas estampados; apoio das molas tipo troca rápida, braços tensores articulados em buchas de borracha, molas semielípticas. Eixo tubulares com capacidade de 13 T, freios a tambor, pneumático serviço e emergência, ABS, câmara de freio de 30 pol², com Spring-brake, conforme resolução 777/93 do CONTRAN. Aparelho de levantamento manual com 6 posições de ajustes, capacidade estática de 50T mínima. Rampa traseira eletro-hidráulica com acionamento por alavanca na lateral do equipamento, com vigas aço LNE 600 reforçadas com cantoneiras aço SAE 110/20, rampa de 2 lances. Sistema elétrico de 24 V com lâmpadas em led. Suporte para um pneu, uma roda/pneu sobressalente, caixa de ferramentas, parabarros, para choque traseiro conforme normas Resolução 152/03 do CONTRAN. Argolas de ancoragem nas laterais, faixas refletivas conforme Resolução 128/01 de CONTRAN. Comprimento total de 13.700 mm, comprimento da plataforma 10.500mm, comprimento do pescoço 3.200 mm, largura de 2.800 mm, largura da rampa de 1.000mm, cor branco. Demais exigências legais.





SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

- 4.1.4 Item de código 135410 (VEÍCULO tipo chassi de caminhão, novo 0 km)**, de primeiro uso, ano em curso, motor a diesel com potência mínima de 160CV, e 4.8L, Torque de 600Nm mínimo, Proconve P8, Tração 4x2, PBT de 8.000 kg mínimo, direção hidráulica, caixa de câmbio com 6 marchas a frente e uma ré, freio pneumático a tambor, ABS, ASR, EBD, assistente de partida em rampa, tanque de 150 litros, ar condicionado original de fábrica vidros elétricos, espelhos com acionamento elétrico, cor branca, equipado com carroceria aberta em chapa de ferro medindo 5.50m de comprimento x 2.20 m de largura x 0,40m de altura, para-choque traseiro padrão Denatran, para-lamas e para-barros, equipado com 6 pneus mais 1 pneu suporte; Caixa de ferramentas, Protetor de ciclistas, demais equipamentos exigidos por lei, conforme Termo de Referência.
- 4.2.** Todos os objetos deverão serem entregues, com todas as taxas, impostos e/ou qualquer outra existente a época da entrega, e com o pagamento do frete, tributos, encargos sociais, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir no preço proposto, também deverão serem entregues emplacados o Estado da Paraíba, sendo realizado os emplacements diretamente no CNPJ da Contratante: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba, com toda documentação atualizada, registrado/licenciado inclusive aquelas decorrentes de alterações que necessitem ser incluídas no certificado de registro de licenciamento veicular – CRLV, devidamente providenciados pela contratada, atendendo integralmente à legislação de trânsito vigente, sem qualquer ônus adicional para a contratante.
- 4.3.** Os bens deverão acompanhar manual do proprietário, manual técnico do chassi e do motor, certificado de garantia e relação de concessionárias autorizadas;
- 4.4.** Os bens a serem adquiridos deverão acompanhar: nota fiscal, manual de instruções do equipamento em português, termo de garantia do fabricante e relação da rede de Assistência Técnica Autorizada;
- 4.5.** Os bens a serem fornecidos deverão possuir selo de qualidade do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), nos termos do art. 42, inciso I da Lei n.º 14.133/2021;
- 4.6.** A contratada deverá disponibilizar assistências técnicas no Estado da Paraíba, sendo no mínimo 01 (uma) autorizada na capital, na cidade de João Pessoa/PB, podendo para estes serviços serem estabelecidas parcerias com outras empresas com o intuito de providenciar os serviços de manutenção dos veículos.
- 4.6.1.** A referida exigência de assistências técnicas na Paraíba se faz necessária uma vez que a ausência do veículo por longos períodos de tempo, em virtude da inexistência de assistência técnica na capital, poderá trazer grandes prejuízos as ações operacionais desenvolvidas pelo DER/PB, pois terão que ter suas atividades postergadas;
- 4.7.** Os bens deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, abrangendo o chassi, motor, transmissão e sistemas auxiliares;





SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



#### Da natureza do fornecimento de bens:

**4.8.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme inciso III do art. 2º do Decreto nº 44.383, de 14 de novembro de 2023;

**4.9.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021;

**4.10.** O fornecimento do(s) bem(s) é enquadrado com não-continuado, tendo em vista se tratar de aquisições sem que haja uma demanda de caráter permanente.

#### Da Garantia Contratual:

**4.11.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas no termo de referência e/ou nas cláusulas do contrato.

#### Sustentabilidade:

**4.12.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e observado a legislação estadual:

- 4.12.1.** Adoção de critérios ambientais, sociais e econômicos nas contratações, considerando todo o ciclo de vida dos produtos ou serviços;
- 4.12.2.** Preferência por produtos e serviços que apresentem menor impacto ambiental e social;
- 4.12.3.** Estímulo à inovação tecnológica e à adoção de práticas sustentáveis pelos fornecedores;
- 4.12.4.** Transparência e publicidade nas contratações, incluindo a divulgação dos critérios de seleção e avaliação dos fornecedores;
- 4.12.5.** Soluções que viabilizem o incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

#### Indicação de marcas ou modelos

**4.13.** Na presente contratação não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação, uma vez que a descrição do objeto já delinea todas as suas características essenciais.

### 5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

**Fundamentação:** Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso IX do Decreto 46.187/25).

**5.1.** Nos termos do art. 13 do Decreto Estadual Nº 44.639/23, justificamos a não inclusão total ou parcial do(s) item(s) em questão no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025, devido a demandas supervenientes surgidas após sua elaboração.

**5.2.** Ademais, identificamos lacunas pontuais no levantamento de informações que comprometeram a previsão integral das necessidades.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER/PB  
Av. Min. José Américo de Almeida, 5/Nº – João Pessoa - PB  
CEP: 58.040-300 - Tel.: (83) 3216-2800  
© SINGRA - Sistema Integrado de Gerenciamento Administrativo e Processual  
Versão – 2.02.02 - 2025



Assinado com senha por [DER21397] [SENHA] JOSÉ CÉLIO MARQUES DE SOUSA em 20/02/2026 - 09:36hs e [DER21427] [SENHA] CARLOS PEREIRA DE CARVALHO E SILVA em 20/02/2026 - 09:45hs.  
Documento Nº: 10047662.85439755-7339 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10047662.85439755-7339>



DERPRC202600578V01



SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

**5.3.** Como forma de aprimorar a assertividade do planejamento para os próximos exercícios, destacamos que medidas estão sendo implementadas para garantir maior precisão em exercícios futuros.

**5.4.** Ressaltamos, entretanto, que a presente demanda é essencial para a continuidade das atividades do órgão e para o cumprimento de suas finalidades institucionais.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020 e art. 10, inciso IV do Decreto 46.187/25).

**6.1.** A descrição da solução como um todo, foi baseada na análise da vantajosidade e dos aspectos técnicos e econômicos da solução, no qual abrange a aquisição de veículo tipo chassi caminhão cavalo mecânico, veículo tipo chassi caminhão equipado com tanque para transporte de combustível, SEMI reboque tipo carrega tudo e caminhão com carroceria.

**6.2.** A aquisição do **cavalo mecânico** e o **SEMI reboque tipo carrega tudo** é necessário para o atendimento das demandas operacionais de transporte pesado, especialmente o deslocamento de máquinas, implementos e materiais que exigem alto desempenho e capacidade de tração, proporcionando maior segurança nas operações de transporte, redução de custos operacionais, devido à maior eficiência e menor consumo de combustível;

**6.3.** A aquisição de **caminhão com tanque para transporte de combustíveis** se faz necessária para garantir o abastecimento contínuo de veículos, máquinas e equipamentos utilizados nas atividades operacionais, especialmente em áreas remotas ou sem infraestrutura de abastecimento. Assegurar a conformidade legal e ambiental, evitando o transporte irregular de combustíveis em recipientes inadequados ou não certificados. Aumentando a segurança operacional, por meio do uso de equipamentos certificados e compatíveis com as normas de transporte de produtos perigosos.

**6.4.** O **caminhão com carroceria** é um equipamento essencial para garantir eficiência logística, agilidade no transporte, segurança das cargas e redução de custos operacionais, permitindo o deslocamento adequado de materiais em diferentes condições de uso, oferecendo versatilidade para múltiplas aplicações, como transporte de materiais, equipamentos, ferramentas, cargas gerais e apoio logístico às equipes de campo, atendendo de forma eficiente às necessidades rotineiras e eventuais.

**6.5.** Dessa forma, as aquisições dos veículos revelam-se necessária, vantajosa e de interesse público, assegurando a continuidade das atividades institucionais, a melhoria da eficiência operacional e a adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da legalidade, economicidade e eficiência.

**6.6.** Sendo assim, a aquisição do objeto será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, no do tipo MENOR PREÇO, nos termos do inciso XLI, art. 6º e art. 29 da Lei 14.133/2021:

art. 6º [...] XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto; [...]







SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

[...]

art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, **adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.** (grifo nosso).

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

**Fundamentação:** Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso V do Decreto 46.187/25)).

Item	Código	Unidade de medida	Quantidade	Descrição	Valor Unitário R\$
1.0	122596	UND	1	VEÍCULO tipo chassi cavalo mecânico, novo 0 km. Conforme termo de referência	1.137.500,00
2.0	130407	UND	1	VEÍCULO tipo chassi caminhão, novo 0 km. Conforme termo de referência.	866.250,00
3.0	122597	UND	1	SEMI reboque tipo carrega tudo, 0 km. Conforme termo de referência	328.250,00
4.0	135410	UND	1	VEÍCULO tipo chassi de caminhão, novo 0 km, motor a diesel com potência mínima de 160CV, e 4.8L, torque de 600Nm mínimo, Proconve P8, tração 4 x 2, PBT de 8.000 kg mínimo.	566.250,00

**7.1.** O critério utilizado para se apurar a estimativa da quantidade pretendida leva-se em consideração que este Órgão tem uma estrutura complexa e Administrativa juntamente com suas Unidades, as Residências Rodoviárias nas cidades de Sapé, Itabaiana, Campina Grande, Sumé, Solânea, Patos, Itaporanga e Cajazeiras que atendem na prestação dos serviços à população, nos trabalhos de manutenção, conservação, sinalização e pavimentação nas Rodovias Estaduais do Estado da Paraíba. Portanto, em razão da frota que consta uma estimativa de 45 máquinas que tem a necessidade de serem transportadas no caminhão cavalo mecânico e o SEMI reboque tipo carrega tudo, que ora existe apenas 1(uma) unidade deste tipo de transporte para suprir as demandas à todas as residências, sendo insuficiente e atrasando os trabalhos das mesmas, faz-se necessário a aquisição de mais 1(um) veículo cavalo mecânico e 1(um) Semi reboque para o transporte de máquinas e equipamentos pesados.

**7.2.** O VEÍCULO tipo chassi caminhão, novo 0 Km, equipado com tanque de combustível, demandará no transporte de óleo diesel S-10, para o abastecimento contínuo as residências rodoviárias que tem a necessidade do produto para a execução dos serviços realizados pelas mesmas, considerando que apenas um veículo deste porte faz o transporte semanal/mensal deste combustível, da Sede/DER-PB na cidade de João Pessoa para as Residências Rodoviárias pertencentes deste Órgão.

**7.3.** O VEÍCULO caminhão com carroceria demandará o transporte contínuo de materiais tipo: cimentos, ferramentas, lubrificantes, peças automotivas e etc., às Unidades Administrativas do DER, para utilidades destes materiais nos trabalhos realizados pelas Residências, conservando as manutenções dos veículos





e máquinas e das rodovias estaduais.

## 8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

**Fundamentação:** Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 10, inciso III do Decreto 46.187/25)).

**8.1.** Em atendimento à determinação contida no inciso III, do art. 10º, do Decreto Estadual nº 46.187 de 28 de janeiro de 2025, para o presente estudo técnico, o levantamento de mercado se configura como um passo fundamental nesse processo, uma vez que possibilita a análise detalhada e criteriosa do cenário de fornecedores, serviços e produtos disponíveis no mercado.

**8.2.** Os Acórdãos TCU 2383/2014 e 214/2020-Plenário, assim orientam::

A Administração, por ocasião do planejamento de suas contratações, deve identificar, previamente à elaboração das especificações técnicas e à cotação de preços, um conjunto representativo dos diversos modelos existentes no mercado que possam atender completamente suas necessidades, de modo a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado e evitar o direcionamento do certame para modelo específico pela inserção no edital de características atípicas.

**8.3.** Na forma do disposto no art. 18, §1º, da Lei Federal 14.133, quando do levantamento de mercado, para fins de identificação das possíveis soluções existentes, a equipe de planejamento deve evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, realizando uma análise comparativa entre as soluções identificadas, com objetivo de identificar a solução que apresenta maior vantajosidade econômica, ganhos de eficiência administrativa, continuidade sustentável social e ambiental;

**8.4.** Para agilizar a pretendida aquisição, pesquisou-se acerca da existência de ata de registro de preços válida e disponível para adesão no estado da Paraíba, através do **OFÍCIO Nº DER-OFN-2026/00080** junto à GERP, constatando a **NÃO EXISTÊNCIA**, de Ata de Registro de Preços válida de objeto constante da consulta;

**8.5.** Com o intuito de embasar a definição do valor estimado e garantir a adequada fundamentação econômica da contratação, foi realizado levantamento de mercado referente à aquisição dos veículos e semi-reboque, conforme as necessidades operacionais identificadas no âmbito das ações de competência desse órgão.

**8.6.** Com o objetivo de subsidiar a estimativa de custos e verificar a compatibilidade de preços com o mercado, foi realizado levantamento junto a fornecedores especializados e fontes oficiais, observando os critérios de economicidade, transparência e rastreabilidade das informações.

**8.6.1. Solução 1 – Consulta a registros de preços vigentes em plataformas oficiais, como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e o Compras.gov.br; análise de atas de registro**





SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



de preços e procedimentos licitatórios similares realizados por outros órgãos públicos, disponíveis em bases de dados públicas.

8.6.2. Solução 2 – Cotações junto a fornecedores locais e nacionais, obtidas por e-mail.

#### 8.7. Resultado do levantamento:

8.7.1. Após levantamento não identificamos alternativas de solução no mercado para o problema apresentado que não seja a aquisição na forma descrita nesse estudo. Sendo realizadas pesquisas de preços nos portais de contratações públicas (Compras.gov.br), mas não atendem as especificações técnicas do Objeto que este órgão pretende adquirir.

8.7.2. E através do e-mail: [derpb.dero@gmail.com](mailto:derpb.dero@gmail.com), pesquisas de preços às empresas relacionadas abaixo:

EMPRESA / RAZÃO SOCIAL	CNPJ	E-MAIL	PROPOSTAS DE PREÇOS RECEBIDAS (SIM OU NÃO)
Sta Caminhos Veiculos e Servicos LTDA	02.323.033/0001-06	<a href="mailto:gerlindo@gmail.com">gerlindo@gmail.com</a> <a href="mailto:sta@stacaminhos.com.br">sta@stacaminhos.com.br</a>	SIM
Mais Truck Comercio de Caminhos LTDA	17.792.470/0001-38	<a href="mailto:marcosvieira@maisiveco.com.br">marcosvieira@maisiveco.com.br</a>	SIM
MANUPA COMERCIO EXP. IMP. DE EQUIP. E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0007-87	<a href="mailto:vendas@manupa.com.br">vendas@manupa.com.br</a> <a href="mailto:diretoria@manupa.com.br">diretoria@manupa.com.br</a>	SIM
Fs Borges Comercio e Industria LTDA	23.347.851/0001-97	<a href="mailto:fsborgesltda@outlook.com">fsborgesltda@outlook.com</a>	SIM
Rodoparaiba, Industria Comercio e Servico de Implementos Rodoviaros LTDA	03.036.659/0001-96	<a href="mailto:renato@rodoparaiba.com.br">renato@rodoparaiba.com.br</a>	SIM
Taguaservice Distribuidora de Caminhos Transmissoes Motores Pecas e Servicos LTDA	19.111.055/0001-05	<a href="mailto:taguaservice@taguaservice.com.br">taguaservice@taguaservice.com.br</a> <a href="mailto:isabelly@taguamotors.com.br">isabelly@taguamotors.com.br</a>	NÃO
BELLATRIX VEICULOS E SERVIÇOS LTDA	49.422.071/0001-71	<a href="mailto:vendas@bellatrixveiculos.com.br">vendas@bellatrixveiculos.com.br</a>	NÃO
Ecs Comercio de Veiculos e Equipamentos LTDA	08.206.867/0001-00	<a href="mailto:ecs@ecskomercio.com.br">ecs@ecskomercio.com.br</a>	NÃO
M. GONCALVES SANTOS e CIA LTDA	11.490.075/0001-14	<a href="mailto:metalurgicamgs@metalurgicamgs.com.br">metalurgicamgs@metalurgicamgs.com.br</a> <a href="mailto:vendas@metalurgicamgs.com.br">vendas@metalurgicamgs.com.br</a> <a href="mailto:vendas02@metalurgicamgs.com.br">vendas02@metalurgicamgs.com.br</a>	NÃO
K S A INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA	44.538.615/0001-41	<a href="mailto:madalena@carroceriasvicunha.com.br">madalena@carroceriasvicunha.com.br</a>	NÃO

8.8. Diante do exposto, os valores estimados nestes estudos técnicos preliminares, se utilizou a média dos preços de cada item das propostas obtidas através dos e-mails (anexo nos autos). Contudo,





SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

salientamos que os preços unitários estimados para aquisição deste OBJETO, serão realizados na fase de pesquisas de preços gerenciado pela Central de Compras do Estado da Paraíba.

8.9. Com base nas informações obtidas, foi possível estabelecer parâmetros adequados para garantir a **contratação eficiente, vantajosa e alinhada ao interesse público**, observando os princípios da **economicidade, eficiência** previstos na legislação.

#### 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

**Fundamentação:** Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso VI do Decreto 46.187/25).

9.1. O valor estimado da contratação foi elaborado seguindo as diretrizes do Decreto Estadual nº 42.967/22, coadunado com o disposto no § 1º do art. 23 da Lei 14.133/21.

9.2. O critério/parâmetros utilizados para se apurar a estimativa de valor pretendida foi baseado na média dos preços obtidos no valor total de **R\$ 2.898.250,00** (dois milhões, oitocentos e noventa e oito mil, duzentos e cinquenta reais) conforme pesquisas de preços e mapa comparativo de preços, anexos nos autos do processo.

#### 10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

**Fundamentação:** Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso VII do Decreto 46.187/25).

10.1. De acordo com o art. 40 da Lei 14.133/2021, as licitações e contratações deverão atender ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala visando a ampla participação de licitantes que embora não dispunham de capacidade para a execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas evitando assim a concentração de mercado.

10.2. A Súmula 247 do TCU nos orienta neste sentido:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.





SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

**10.3.** De forma imperativa, o parcelamento é a regra, embora somente seja obrigatório se houver vantagem para a Administração, devidamente justificada no processo.

**10.4.** Neste caso, o órgão optou pelo parcelamento, não agrupando os itens solicitados, objetivando assim a ampla participação de fornecedores.

#### 11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO;

**Fundamentação:** Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso XI do Decreto 46.187/25)).

**11.1.** Não há providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, visto que não há necessidade de capacitação de fiscais e/ou gestores de contrato ou de adequação do ambiente da organização para realização da contratação pretendida.

#### 12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;

**Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso VIII do Decreto 46.187/25)).

**12.1.** O presente processo não possui contratações correlatas e/ou interdependentes.

#### 13. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

**Fundamentação:** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e rejeitos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso XII do Decreto 46.187/25))

**13.1.** Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo, contudo, a contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e envolvidos na execução do objeto.

#### 14. RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

**Fundamentação:** Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso X do Decreto 46.187/25))

**14.1.** Os resultados pretendidos com a aquisição são:

**14.2.** Os objetos em questão serão direcionados a atender as demandas operacionais no transporte de máquinas e equipamentos pesados, evitando a locomoção dos mesmos, reduzindo os riscos de acidentes ao trafegarem nas rodovias estaduais e gastos desnecessários nos consumos de peças, acessórios e combustível. Como também a aquisição de um caminhão para transportar combustível beneficiará no transporte do óleo diesel S10 para as Unidades Administrativas, o caminhão carroceria trará benefícios no transporte de insumos para a execução dos trabalhos realizados pelas Residências Rodoviárias, assim contribuindo significativamente para os trabalhos de competência do DER.

**14.3.** Quanto à eficácia: visando salvaguardar o patrimônio público, bem como, os servidores que neles transitam, ou fazem uso, outrossim os bens públicos são vistos como objetos que têm uma função





SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E  
DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM - DER-PB



GOVERNO  
DA PARAÍBA

utilitária e servem para atender uma necessidade humana, para que isso ocorra com eficácia é necessário produtos com bom desempenho nos atritos dos serviços diários.

- 14.4.** Quanto à eficiência: assegurar a continuidade da prestação dos serviços, e do uso racional dos recursos financeiros. Com a aquisição, busca-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo-benefício possível que uma alocação de recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que os serviços na malha rodoviária sejam realizados de forma rápida, econômica e sustentável.

#### 15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 10, inciso XIII do Decreto 46.187/25))

**15.1.** Considerando os pressupostos apresentados, considero a contratação viável, tendo em vista a descrição da necessidade exposta. Conforme demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar, a contratação do fornecedor para a aquisição do objeto em epígrafe é tecnicamente possível e essencial para a eficiência na execução da demanda

João Pessoa - PB, data da assinatura eletrônica via PBDoc.

**José Célio Marques de Sousa**  
**Chefe da Divisão de Equipamentos Rodoviários**  
**Matrícula 3878-4**

Com base no art. 10º, § 7º do Decreto Estadual nº 46.187/25, **aprovo** o presente Estudo Técnico Preliminar – ETP.

**Carlos Pereira de Carvalho e Silva**  
**Diretor Superintendente**

#### Histórico de Revisões

Versão Criada em	VERSÃO
20/02/2026	1.0
Versão Modificada em	VERSÃO
XX/XX/2026	

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER/PB  
Av. Min. José Américo de Almeida, S/Nº – João Pessoa - PB  
CEP: 58.040-300 - Tel.: (83) 3216-2800  
© SINGRA - Sistema Integrado de Gerenciamento Administrativo e Processual  
Versão – 2.02.02 - 2025



Assinado com senha por [DER21397] [SENHA] JOSÉ CÉLIO MARQUES DE SOUSA em 20/02/2026 - 09:36hs e [DER21427] [SENHA] CARLOS PEREIRA DE CARVALHO E SILVA em 20/02/2026 - 09:45hs.  
Documento Nº: 10047662.85439755-7339 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10047662.85439755-7339>



DERPRC202600578V01